

Sumário

© 2007 Editora Fórum Ltda.

É proibida a reprodução total ou parcial desta obra,
por qualquer meio eletrônico,
inclusive por processos xerográficos,
sem autorização expressa do Editor.

Editora Fórum Ltda.

Av. Afonso Pena, 2770 – 15º/16º andar

Funcionários – CEP 30130-007

Belo Horizonte – Minas Gerais

Tel.: (31) 2121.4900 / 2121.4949

www.editoraforum.com.br – editoraforum@editoraforum.com.br

Editor responsável: Luís Cláudio Rodrigues Ferreira

Coordenação editorial: Olga M. A. Sousa

Revisor: Marcelo Belico

Bibliotecária: Leila Aparecida Anastácio – CRB 2809 – 6ª Região

Capa, projeto gráfico e formatação: Walter Santos

193 IVA para o Brasil: contributos para a reforma da tributação do consumo / Organizadores: Oswaldo Othon de Pontes Saraiva Filho, Sérgio Vasques, Vasco Branco Guimarães. Belo Horizonte: Fórum, 2007.

664 p.

ISBN 978-85-7700-061-6

1. Imposto sobre o valor adicionado. 2. Sistema tributário nacional (Brasil). 3. Sistema tributário – internacional. I. Saraiva Filho, Oswaldo Othon de Pontes. II. Vasques, Sérgio. III. Vasques, Sérgio Trigo Tavares. IV. Guimarães, Vasco Branco.

CDD: 341.39

CDU: 336.215.2

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2002 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

SARAIVA FILHO, Oswaldo Othon de Pontes; VASQUES, Sérgio; GUIMARÃES, Vasco Branco (Org.). *IVA para o Brasil: contributos para a reforma da tributação do consumo*. Belo Horizonte: Fórum, 2007. 664 p. ISBN 978-85-7700-061-6.

Prefácio
Vasco Branco Guimarães 17

É possível a criação do IVA no Brasil?
Ricardo Lobo Torres 19

I Introdução 19
II Sistema tributário nacional 20
1 Impostos sobre a produção e a circulação de riqueza 20
2 Contribuições sociais exóticas 24
III Sistema tributário federado 28
3 A federalização dos tributos sobre o valor acrescido 28
4 A inexistência de um projeto de repactuação do federalismo brasileiro 30
IV Sistema tributário internacional 30
5 Importações 30
6 Exportações 32
V Conclusões 34
Referências 35

A tributação do consumo no Brasil: uma visão europeia
Vasco Branco Guimarães 37

1 Introdução 37
2 Delimitação do objecto 39
3 O sistema de tributação do consumo no Brasil 39
3.1 Descrição 44
3.2 IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados) 45
3.3 ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) 45
3.4 ISSQN (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza) 47
3.5 COFINS e PIS/PASEP 50
4 A tributação IVA na Europa 50
4.1 Uma análise europeia do sistema de tributação do consumo brasileiro 61
5 Conclusões 67

O IVA na experiência estrangeira e a tributação das exportações no direito brasileiro
Helena Taveira Tôrres 69

1 O IVA como tributo sobre o consumo: os direitos de dedução e repercussão. A experiência europeia: breves considerações 69
2 Tratamento do IVA e sua devolução nas exportações 75
3 Não-cumulatividade tributária e a exportação de produtos no Brasil: uma crítica .. 82
4 Considerações finais 85

A adopção do sistema comum europeu de Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) em Portugal	
José Xavier de Basto	89
1	Introdução: escopo do texto 89
2	Breve nota sobre o sistema tributário português anterior à adesão à CEE 90
3	Uma nota sobre a harmonização tributária na CEE 92
4	A reforma da tributação indirecta imposta pela adesão à CEE: as pequenas adaptações — eliminação de alguns impostos especiais — e a grande reforma — a adopção do IVA 94
5	Características gerais do IVA europeu e sua concretização no IVA português ... 100
5.1	O IVA como imposto geral de consumo 101
5.2	Os métodos de cálculo do imposto — o método do crédito de imposto ou da dedução (<i>invoice method</i>) 102
5.3	A base de incidência alargada do IVA europeu 105
5.4	As alíquotas do IVA 108
5.5	Aplicação internacional do IVA 111
6	Outros aspectos normativos e operacionais do IVA 118
7	Conclusão 120

Imposto sobre Valor Agregado: abordagem teórica e prática	
José Maurício Pereira Águia	123
1	Introdução 123
2	Principais características do IVA 125
2.1	Método do crédito do imposto e a não-cumulatividade 125
2.2	Regime do crédito financeiro 127
2.3	Base tributável alargada 127
2.4	Neutralidade 128
2.5	Não-discriminação 131
2.6	Princípio de tributação na origem ou no destino 131
3	Conclusão 132
Referências 133	

O controle do IVA nas transações intracomunitárias de bens na União Européia: a troca de informações como base fundamental para o acompanhamento do cumprimento da obrigação tributária dos contribuintes	
Mário Alberto Alexandre	135
1	Introdução 135
2	O uso da informação para efeitos do controle da obrigação tributária dos sujeitos passivos 137
2.1	O número de identificação para efeitos de IVA 138
2.2	A declaração recapitulativa das operações intracomunitárias 140
2.3	Os instrumentos jurídicos da Cooperação Administrativa. A Diretiva 77/799/CEE e o Regulamento (CEE) nº 218/92 140
2.4	As fragilidades do sistema VIES e a necessidade de criar um novo sistema 142
2.5	O novo Regulamento de Cooperação Administrativa 144

2.6	Os Serviços Centrais de Ligação 14
3	As formas de controle de arrecadação do IVA 14
3.1	Controle através das informações constantes nas declarações periódicas do IVA 14
3.2	Controle seletivo por análise de risco 14
3.3	Controle por auditoria informática 14
3.4	Controle mediante recurso às informações disponibilizadas pelo sistema VIES 14
4	Cooperação nas ações de controle entre os Estados-membros 15
4.1	Os controles multilaterais simultâneos 15
4.2	A presença de funcionários de outros Estados-membros nas ações de controle levadas a efeito por um Estado-membro 15
4.3	Os contatos diretos entre os funcionários dos serviços de controle 15
4.4	A troca de informações automática e espontânea 15
5	A necessidade de novas metodologias de controle 15
6	Formação dos funcionários para a análise e acompanhamento das atividades dos sujeitos passivos 15
6.1	A formação dos recursos humanos 15
6.2	A realização de seminários 15
6.3	A troca de funcionários entre administrações fiscais 15
7	Conclusões 15

A introdução do IVA em Cabo Verde	
Sérgio Vasques	157
1	A tributação indirecta em Cabo Verde anterior ao IVA 157
2	A introdução do IVA 160
3	O alargamento da base de incidência 165
4	A estrutura de taxas 167
5	Regime simplificado e regime de isenção 170
6	Conclusões 172

A harmonização comunitária do Imposto sobre o Valor Acrescentado: <i>quo vadis?</i>	
Clotilde Celorico Palma	175
1	A harmonização do IVA na União Europeia 175
1.1	As virtudes do IVA 175
1.2	A adopção do modelo do IVA pela Comunidade Económica Europeia: as fases de harmonização 176
1.2.1	A primeira fase de harmonização 177
1.2.2	A segunda fase de harmonização 178
1.2.3	A terceira fase de harmonização 179
1.2.3.1	O programa da Comissão de 1996 18
2	Recentes evoluções do IVA comunitário 183
2.1	O programa da Comissão de 2000 183
2.2	A Comunicação da Comissão de 2003 184
2.2.1	Simplificação das regras do IVA 185
2.2.1.1	Simplificação das obrigações fiscais 185

2.2.1.2	Simplificação através da utilização das novas tecnologias	186
2.2.2	Aplicação mais uniforme do sistema comum do IVA	186
2.2.3	Modernização das regras existentes	188
2.2.4	Nova prática de cooperação administrativa	189
2.2.5	Rumo a adoptar	190
2.2.5.1	Simplificação administrativa	190
2.2.5.2	Revisão das regras de localização de certas prestações de serviços	193
2.2.5.3	Revisão das regras de localização das transmissões de bens	193
2.2.6	Luta anti fraude	194
3	Linhas gerais das principais iniciativas recentemente adoptadas em matéria de IVA	195
3.1	A Directiva do devedor do imposto	195
3.2	A Directiva do comércio electrónico	196
3.3	A Directiva da facturação	199
3.4	A Directiva das taxas do IVA	200
3.5	Regulamento de aplicação das regras da Sexta Directiva	200
3.6	Matérias em discussão	201
3.6.1	O "Pacote" de Outubro de 2004	201
3.6.2	Racionalização das diversas derrogações actualmente em vigor	202
3.6.3	Proposta de Directiva sobre os serviços B2C	202
3.6.4	Proposta de Directiva sobre os serviços B2B	202
3.6.5	Reformulação da Sexta Directiva e demais legislação	204
3.6.6	Proposta de Directiva sobre as taxas reduzidas	204
3.6.7	Proposta de Directiva das agências de viagens	204
4	Conclusões: Rumo a um terceiro sistema comum do imposto?	205
4.1	Um processo de harmonização inacabado	205
4.1.1	Na senda de um regime perfeito	205
4.1.2	Alternativas ao regime transitório	208
4.2	A pragmática estratégia da Comissão de 2000	209
4.3	As recentes alterações em sede de IVA	210
4.4	Rumo a um novo modelo comum?	210
	Referências	214

Implicações do processo de integração de Portugal na Comunidade Europeia
nas políticas fiscal e orçamental

António Carlos dos Santos..... 221

I	Implicações imediatas da adesão de Portugal à Comunidade Económica Europeia (CEE)	222
1	O <i>acquis communautaire</i> em 1986	222
1.1	No plano orçamental	222
1.2	No plano da tributação indirecta	222
1.3	No plano da tributação directa	223
2	A situação orçamental e fiscal de Portugal antes e depois da adesão	224
2.1	No plano constitucional	224
2.1.1	A constituição orçamental	224
2.1.2	A constituição fiscal	225

2.2	A Reforma Fiscal de 1984-1989	226
2.2.1	A introdução do IVA	226
2.2.1.1	Modelo adoptado e razões da adopção	226
2.2.1.2	Principais problemas na introdução do IVA	227
2.2.2	A Reforma da Tributação Directa	229
3	A realização do mercado interno e seus reflexos em sede orçamental e fiscal ...	230
3.1	Panorama global	230
3.2	Mercado interno e fiscalidade indirecta	231
3.2.1	O regime transitório do IVA	231
3.2.2	O sistema das taxas	232
3.2.3	Os impostos especiais de consumo	234
3.3	Mercado interno e fiscalidade directa	234
3.3.1	A Directiva fusões e cisões	234
3.3.2	A Directiva mães e afiliadas	235
3.3.3	A Convenção de Arbitragem	236
4	A construção da UEM e seus reflexos em sede orçamental e fiscal	236
4.1	A disciplina orçamental da UEM	236
4.1.1	O Tratado e o Pacto de Estabilidade e de Crescimento (PEC)	236
4.1.2	Reflexos em Portugal	239
4.1.2.1	A nova Lei de Enquadramento Orçamental	239
4.1.2.2	Os programas de estabilidade e de crescimento	239
4.2	A UEM e a concorrência fiscal na fiscalidade directa	240
4.2.1	Objectivos do "pacote fiscal" de 1997	240
4.2.2	O Código de conduta sobre a fiscalidade directa das empresas	241
4.3.3	O regime dos auxílios tributários	243
4.4.4	A Directiva da poupança	245
4.4.5	A directiva dos juros e <i>royalties</i>	245
4.5	A UEM e a harmonização da tributação indirecta	246
5	Repercussões da integração europeia em sede fiscal e orçamental: presente e futuro	247
5.1	A Estratégia de Lisboa e a fiscalidade	247
5.2	Na tributação directa	249
5.3	Na fiscalidade indirecta	251
5.3.1	Em sede de IVA	251
5.3.2	Em sede de IEC e de outros impostos indirectos	252
6	Notas finais	252
	Referências	255

A admissibilidade de uma cláusula geral antiabuso em sede de IVA

Alexandra Martins 259

1	Delimitação	259
1.1	Introdução e precisão terminológica	259
1.2	Objecto e âmbito do trabalho	262
1.2.1	Elisão fiscal <i>versus</i> evasão fiscal	262
1.2.2	Elisão fiscal <i>versus</i> autonomia privada	263
1.3	O IVA como Direito Comunitário fiscal	264

1.4	A intersecção dinâmica da elisão com o IVA	267
2	A elisão fiscal no IVA	268
2.1	Breve introdução à ordem jurídica comunitária	268
2.1.1	Direito originário e derivado. O desenvolvimento do Direito Comunitário pelo TJ	268
2.1.2	Articulação da ordem jurídica comunitária com o direito interno	270
2.1.2.1	O papel dos princípios na concatenação das ordens jurídicas	270
2.1.2.2	Aplicação pelos tribunais nacionais: o incumprimento de Estado e o reenvio prejudicial	272
2.2	Mecanismos antielisivos no sistema comum do IVA	272
2.2.1	A estrutura das normas de incidência do IVA	272
2.2.2	Os princípios do sistema comum do IVA	274
2.2.2.1	Neutralidade	274
2.2.2.2	Proporcionalidade	275
2.2.2.3	Confiança legítima e boa-fé	276
2.2.2.4	Efectividade	277
2.2.2.5	Equivalência	278
2.2.2.6	Autonomia das noções de Direito Comunitário	278
2.2.2.7	Uniformidade na aplicação e a relevância do elemento teleológico-finalístico e da vertente económica	281
2.2.3	O abuso de direito como cláusula geral antiabuso de Direito Comunitário	284
2.2.4	O abuso de direito no IVA: o paradigma "Halifax"	288
2.2.5	Procedimento autorizativo relativo a normas especiais antiabuso de fonte interna. O artigo 27º da Sexta Directiva	293
3	Conclusões: formas de reacção ao fenómeno elisivo no IVA	298
3.1	Preliminares	298
3.2	Sistema comunitário	300
3.3	No direito interno	301
	Referências	303

O tratamento em IVA das subvenções na legislação e na jurisprudência comunitária

Rui Lares	311
Introdução	312
1 Legislação sobre a matéria	313
1.1 Disposições da Sexta Directiva	313
1.2 Disposições do Código do IVA português	315
2 Conceito de "subvenção" para efeitos do IVA	316
2.1 Diferenças terminológicas	316
2.2 Alguns conceitos de "subvenção" adoptados noutros domínios	318
2.2.1 Conceitos de "subvenção" constantes de actos normativos	318
2.2.2 Breve referência à jurisprudência do TJCE em matéria de auxílios de Estado	322
2.3 Critério adoptado	324
2.3.1 Quanto à terminologia	324
2.3.2 Quanto ao conteúdo do conceito de "subvenção" para efeitos do IVA	325
3 Aspectos gerais sobre o tratamento em IVA das subvenções	331
A) Problemas abordados e soluções apontadas pela Comissão Europeia	331

3.1	Primeiro relatório da Comissão Europeia sobre o funcionamento do sistema comum do IVA	331
3.2	Segundo relatório da Comissão Europeia sobre o funcionamento do sistema comum do IVA	333
3.3	Documento de trabalho elaborado no quadro da estratégia para o melhoramento do sistema comum do IVA	334
B)	Subvenções incluídas no valor tributável das transmissões de bens e das prestações de serviços	335
3.4	Perspectivas sobre o fundamento da inclusão das subvenções no valor tributável das operações sujeitas a IVA	335
3.5	Conceito de "subvenções directamente relacionadas com o preço das operações" na jurisprudência comunitária	339
3.6	Tipos de operações abrangidas pela regra de inclusão no valor tributável das subvenções relacionadas com o preço	340
3.7	Inclusão das subvenções relacionadas com o preço no <i>pro rata</i> de dedução dos "sujeitos passivos mistos"	341
C)	Efeito das subvenções não tributadas na medida do direito à dedução dos sujeitos passivos	342
3.8	Perspectivas sobre o fundamento da inclusão das subvenções não tributadas no denominador do <i>pro rata</i> de dedução	342
3.9	Sujeitos passivos abrangidos	346
3.10	Tipos de subvenções e sectores de actividade abrangidos	350
3.11	Consequências para os "sujeitos passivos mistos" que não utilizem o método do <i>pro rata</i> geral	353
3.11.1	Formulação do problema	353
3.11.2	Método de <i>pro rata</i> parciais baseado no volume de negócios	354
3.11.3	Método baseado na efectiva utilização dos bens e serviços	355
4	Súmula das decisões do TJCE que versam sobre o tratamento em IVA das subvenções	357
4.1	Subvenções não consideradas contrapartida de operações tributáveis	357
4.2	Inclusão de subvenções no valor tributável de operações sujeitas a IVA	360
4.3	Subvenções não incluídas no valor tributável de operações sujeitas a IVA	363
4.4	Inclusão de subvenções não tributadas no denominador do <i>pro rata</i> de dedução	366
5	Casos arquivados pelo TJCE antes da decisão	369
5.1	Subvenção atribuída a um sujeito passivo que praticava exclusivamente operações tributadas	369
5.2	Transferências internas de fundos provenientes do orçamento geral de uma pessoa colectiva pública	370
	Conclusão	372

Comparative analysis of the Value Added Tax (VAT) and Retail Sales Tax (RST): a contribution to tax reform studies in the U.S.

Marcos Valadão	375
I Introduction	375
I.A Necessary distinction between income tax, consumption tax, direct and indirect taxation	376

I.B	The importance of the issue and important general aspects	378
II	The Retail Sales Tax (RST)	379
II.A	Levy methods	380
II.B	Some aspects of RST	380
II.B.1	Compliance	380
II.B.2	Unavoidable cascading effect	380
II.B.3	Taxing services	381
II.B.4	Rate Issue	381
II.B.5	International trade	381
III	The Value Added Tax (VAT)	382
III.A	Levying methods	383
III.A.1	Addition method	383
III.A.2	Sales-subtraction method	384
III.A.3	Credit method	384
III.A.4	The three VAT methods compared	385
III.B	Some aspects of VAT	385
III.B.1	Exemption and "zero rate"	385
III.B.2	VAT audit	387
III.B.3	Federal, State or local imposition?	388
III.B.4	The rates issue	389
III.B.5	International trade issues. Destination or origin?	390
IV	Advantages and disadvantages between RST and VAT	391
IV.A	Advantages of RST over VAT	391
IV.B	Advantages of VAT over RST	392
IV.C	RST, VAT, and inflation	394
V	Conclusion and comments	394
	Bibliography	395

Um IVA possível em sistema tributário justo	
Ives Gandra da Silva Martins	397

La tributación en el IVA de las operaciones de comercio electrónico	
Francisco Javier Sánchez Gallardo	407

I	Introducción	407
II	Antecedentes internacionales	409
II.1	Los trabajos en la OCDE	409
II.2	Otros trabajos realizados en el ámbito internacional	415
III	La Propuesta de la Comisión, de 7 de junio de 2000	415
III.1	Justificación y breve descripción de su contenido	415
III.2	Diferencias con la Directiva 2002/38/CE	421
IV	La Directiva 2002/38/CE	424
IV.1	Ámbito objetivo de la Directiva	424
IV.2	Reglas de localización	431
IV.2.1	Servicios prestados por vía electrónica	431
IV.2.1.1	Servicios prestados a empresarios o profesionales	431
IV.2.1.2	Servicios prestados a particulares	436

IV.3	Tipo impositivo aplicable a las operaciones	439
IV.4	Régimen especial para los operadores no establecidos que prestan servicios por vía electrónica a particulares	442
IV.4.1	Introducción	442
IV.4.2	Características y naturaleza del régimen especial	444
IV.4.2.1	Ámbito de aplicación	444
IV.4.2.2	Obligación de alta e identificación	446
IV.4.2.3	Nombramiento de representante	447
IV.4.2.4	Exclusión del régimen	447
IV.4.2.5	Declaración de las operaciones efectuadas	448
IV.4.2.6	Devolución de las cuotas soportadas	449
IV.4.2.7	Control de los operadores no establecidos	450
V	El Reglamento (CE) nº 792/2002 del Consejo de 7 de mayo	451
VI	Otras cuestiones relacionadas	456
VII	A modo de resumen	458
VIII	¿Y hacia el futuro qué?	461

A implementação do IVA em Moçambique		
Aboobacar Zainadine Dauto Changá	463	
1	Introdução	463
2	Acções preliminares à introdução do IVA	467
2.1	Levantamento das condições existentes no âmbito da Tributação Indirecta	467
2.2	Estrutura da Tributação Indirecta. Características	472
2.3	Proposta de alteração	474
2.3.1	Âmbito da incidência	475
2.3.2	Isenções	476
2.3.3	Liquidação e cobrança	476
2.3.4	Taxa(s)	477
2.3.5	Reembolso de IVA	477
2.3.6	Desagravamento de stocks	477
2.3.7	Tipo de suporte administrativo	478
2.4	Programa de Implementação do IVA	479
2.5	Informação sobre o Programa IVA	487
3	Implementação do IVA	488
3.1	Legislação principal/complementar	490
3.2	Informatização	493
3.3	Procedimentos Internos: registo de contribuintes; cobrança	494
3.4	Formação profissional aos funcionários do IVA	497
3.5	Publicidade e informação ao contribuinte	497
3.6	Estrutura interna dos Serviços IVA	501
4	Estimativa da base potencial IVA	503
4.1	A estrutura de taxas	503
4.2	As opções internacionais	505
5	Tipo de IVA: a solução proposta. Um IVA para Moçambique	508
6	Nível de receita arrecadada em IVA	520
6.1	Comportamento dos sujeitos passivos	521
7	Conclusão	525

A harmonização dos IVAs do Brasil para o desenvolvimento produtivo	
Misabel Abreu Machado Derzi, Igor Mauler Santiago	527
1 Os pressupostos intangíveis do sistema tributário nacional	527
2 O federalismo e a inconveniência dos transplantes legais. Desmistificando a necessidade de federalização dos IVAs brasileiros	530
3 O IVA como parâmetro tecnicamente mais adequado ao desenvolvimento produtivo	537
4 A alta cumulatividade residual dos tributos sobre o consumo no Brasil: nossas deformações	542
5 As deformações decorrentes da guerra fiscal	545
6 As soluções possíveis: a harmonização dos IVAs do Brasil	549

O IVA brasileiro

Sacha Calmon Navarro Coêlho	553
1 Imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação (ainda que as operações e as prestações se iniciem no exterior)	553
2 O fato gerador do ICMS em sentido genérico	558
3 Crédito e ICMS: negativa de crédito nas exonerações	558
4 ICMS: como apurar o valor devido	565
5 As operações com energia elétrica, petróleo e seus derivados (combustíveis, líquidos e gasosos, inclusive lubrificantes): as inovações da Emenda nº 33	567
6 O princípio da não-cumulatividade	572
7 O fato gerador genérico do ICMS	574
8 O ICMS e o IPI são impostos que somente devem onerar o consumo	579
9 As exceções constitucionais ao princípio da não-cumulatividade	581
10 O direito universal à dedução dos créditos relativos à aquisição de todo o gênero e a inconstitucional restrição ao direito de compensação por período	583
11 A transformação do ICMS em IVA	586

O combate à fraude ao Imposto sobre o Valor Acrescentado: um desafio para a União Europeia

Miguel Silva Pinto	587
1 Breve cronologia do Imposto sobre o Valor Acrescentado	587
2 Algumas tipologias da fraude ao IVA	589
3 O caso particular da "fraude carrossel" de IVA	590
4 A dimensão da fraude	591
5 As iniciativas tomadas pelas instituições comunitárias no campo da luta contra a fraude ao IVA	592
6 Medidas adoptadas pelos Estados-membros da UE	594
7 Os pedidos de derrogação à Sexta Directiva como forma de evitar a fraude ou a evasão fiscal	595
8 A jurisprudência do Tribunal de Justiça das Comunidades Europeias como instrumento de combate à fraude ao imposto	598

8.1	O conceito de actividade económica para efeitos de IVA	598
8.2	A responsabilidade solidária pelo pagamento do imposto	600
8.3	O princípio da neutralidade e o direito à dedução do imposto	603
9	Tensões actuais no sistema comum do IVA: ponto da situação	605
10	Conclusão. Cenários possíveis no campo do combate à fraude ao IVA	607

Da tributação cumulativa ao Imposto sobre o Valor Agregado: o percurso notável da inovação tributária do Século XX

Maurin Almeida Falcão	611
1 O divisor de águas na tributação sobre o consumo: da passagem da tributação cumulativa à tributação sobre o valor agregado	614
1.1 Os princípios basilares da tributação sobre o valor agregado	615
2 Razões da primazia absoluta da tributação sobre o consumo	616
2.1 Um paliativo às mazelas da tributação direta?	617
2.2 Os efeitos macroeconômicos do tributo sobre o valor agregado	619
3 Considerações acerca da tributação sobre o valor agregado no Brasil	620
Conclusão	624
Referências	624

IVA no Brasil

Oswaldo Othon de Pontes Saraiva Filho	627
--	-----